RESPONSABILIZAÇÃO ESCOLAR (SCHOOL ACCOUNTABILITY): O QUE DIZEM OS ESTUDOS NO BRASIL?

Eric Ferdinando Passone

Universidade Cidade de São Paulo – Brasil

eric.passone@unicid.edu.br (CNPq –Processo 403088/2023-2)

Introdução do problema

Esta pesquisa integra estudo mais amplo denominado “Políticas públicas de regulação e gestão da educação básica: dispositivo colaborativo de intervenção¹”, e discorre acerca da produção acadêmico-científica sobre as políticas de responsabilização escolar à luz do conceito de *accountability*, tal como o compreende Almerindo Afonso (2015), a saber, uma tríade independente e não sobredeterminada de três dimensões intrínsecas: avaliação, prestação de contas e responsabilização.

No âmbito das inúmeras reformas educacionais mundiais, também referidas no discurso das agências multilaterais como “políticas de melhorias de qualidade da educação”, a atual regulação das políticas públicas educacionais promovida pelo ideário da “Nova Gestão Pública”, a qual articula políticas educacionais de avaliação e as políticas de responsabilização escolar, tem-se mostrado insatisfatória (AGUILAR, 2013).

No Brasil, constata-se três realidades regulatórias envolvendo a *school accountability*, e que podem representar consequências brandas ou fortes às escolas. A primeira resume-se por produzir um “diagnóstico” do sistema e subsidiar os gestores com dados de desempenho médio das escolas por meio da avaliação estandardizada. A segunda, também conhecida como “responsabilização branda” (*low stakes*), acarreta consequências simbólicas junto à escola e seus atores. E a terceira, denominada como “responsabilização forte” (*high stakes*), gera inferências junto à escola e seus atores (OLIVEIRA; DUARTE; ALMEIDA, 2014; PASSONE; RONCOLI, 2022).

¹ Este estudo conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, em atendimento a Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa A, para solicitação de fomento à pesquisa na Área de Políticas Educacionais (Processo Nº 403088/2023-2).

As produções acadêmico-científicas analisadas foram coletadas no Banco Digital de Teses e Dissertações e abrangeu o período entre 2010 e 2020. O tratamento dos dados empregou o software de análise lexical IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), possibilitando extrair estatísticas básicas, nuvens de palavras, análise de similitude e a análise de classificação hierárquica descendente.

Desenvolvimento

A pesquisa bibliográfica no Banco Digital Teses e Dissertações (BDTD) utilizou os descritores: “responsabilização escolar”; “accountability AND responsabilização”; “avaliação AND responsabilização”; “gestão AND accountability”; “accountability AND avaliação educacional”; e “accountability AND avaliação externa”. Com a análise dos resumos, excluiu-se grande parte dos trabalhos que não se enquadravam no campo da educação, totalizando 34 produções relacionadas aos descritores acima citados, sendo 20 dissertações e 14 teses.

A análise lexical do software IRAMUTEQ permitiu a análise estatística clássica, com os vocábulos estatisticamente significativos e a análise de similitude, esta baseada na teoria dos grafos, que possibilita a identificação de coocorrências entre as palavras de diferentes segmentos de um corpus textual, evidenciando a conexão entre as mesmas.

As estatísticas textuais clássicas dos resumos das produções mostram a quantificação das formas ativas das principais palavras com frequência igual e/ou acima de dez evocações. A palavra “escola”, com 122 repetições (5,51%), obteve a maior frequência dentro das teses e dissertações selecionadas. A segunda e terceira maior frequência foram as palavras “avaliação”, que teve 76 repetições (3,43%) e a evocação “educação” com 73 repetições (3,30%). O termo gestão representou 3,16% do corpus, com 70 ocorrências. Os termos “política”, “Estado”, “qualidade”, “accountability” e “responsabilização” também apareceram com altas frequências, representando cerca de dois por cento do corpus textual cada termo.

A Análise de Similitude apresenta o Halo de Similitude, em que se pode observar o vocábulo “escola” ocupando a posição central, na medida que representa a maior frequência no discurso analisado. A partir do termo nuclear principal se conectam os outros termos nucleares secundários, tais como “avaliação”, “educação”, “gestão”,

“controle”, “monitoramento”, “metas” e “gerencialismo”, indicando aspectos centrais do modelo da Nova Gestão Pública e do gerencialismo nos estudos realizados e expressos nas produções analisadas. Outras duas articulações revelam a associação entre os termos “escola”, “diretor”, “desempenho”, “descentralização e “desigualdade”; e, articulação entre “escola”, “ensino”, “aprendizagem”, “municipalização” e “performatividade”. A inexistência de articulação de termos como “autonomia”, “gestão democrática”, “participação” e “democratização da educação” expressa a incidência da lógica gerencial-empresarial na gestão educacional, de corte autoritário (*top-down*), instrumental e homogeneizador, em que a noção de autonomia escolar passa a ser interpretada como maior responsabilização dos professores e diretores pelos resultados da escola

Partindo-se, ainda, do núcleo semântico escola, a forma “gestão” ramifica-se em relação aos termos “modelo”, “Estado”, “reforma”, “política de responsabilização”, “impacto”, “avaliar” e “políticas públicas”. Aqui, evidencia-se a incidência do Estado regulador e/ou Estado-Avaliador sobre a gestão escolar, colocando em destaque as políticas educacionais de avaliação e as políticas de responsabilização das escolas como instrumentos estruturante da atual regulação das políticas educacionais brasileiras.

Uma segunda ramificação conecta a forma “escola” com os termos “avaliação”, “responsabilização” e ao termo “*accountability*”. A associação entre a forma avaliação e educação possui uma ramificação para os termos “fraude” e “currículo”. Outras ramificações com frequências menores associam as formas “*accountability*”, “sociedade”, “transparência”, “plano de metas” e “padronização”. Já a ramificação do termo “responsabilização” desdobra-se para o termo “prestação de contas”, embora de modo residual e associado às formas “modernização” e “PDE_Escola”.

A última ramificação apresenta os termos “educação” e “qualidade” com maior frequência e com menor frequência, encontra-se às formas “melhoria”, “internacionalização”, “privatização” e “competição”. E, com frequência menor, o termo “educação” relacionado com as formas “mercado” e “centralidade”, por um lado, e, “gestão por resultados”, por outro.

Conclusões

A reforma educacional dos anos 1990 expressa a contradição no movimento de descentralização/desconcentração das atividades escolares ao mesmo tempo em que centralizou as tomadas de decisão e o controle aos níveis centrais de governo. Nesse cenário, cada vez mais influenciado pelos valores e interesses do Mercado, a regulação das políticas públicas educacionais, sob o discurso internacional de melhoria, qualidade e transparência, se apresentou no âmbito da modernização do aparelho burocrático do Estado, como novo modo de governança política, gestão da educação e da escola, tendo centralidade os resultados em avaliações externas e a responsabilização dos atores escolares.

Observou-se que os estudos têm demonstrado um esvaziamento simbólico relacionado às práticas educativas decorrentes da “hiper” racionalização do controle público, por meio do modelo hierárquico-burocrático ou tecnocrático e gerencialista de prestação de contas, refletindo em mudanças na regulação das políticas educacionais e da organização do trabalho educativo. O que subjaz nos textos analisados é o caráter neoconservador e neoliberal da nova gestão pública e a transferência das responsabilidades do Estado para os atores educacionais.

Por último, caber-nos-á interrogar: como os gestores equacionam o contraditório entre a gestão democrática e participativa e o controle heterônimo desse modelo pós-burocrático proposto por meio do ideário da nova gestão pública?

Referências

AFONSO, A. J. Recuo ao cientificismo, paradoxos da transparência e corrupção em educação **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. especial, p. 1313-1326, dez., 2015.

AGUILAR, Luis Enrique. **A política pública educacional: sob a ótica da análise satisfatória**. Campinas, SP: Leitura Crítica, 2013.

PASSONE, E.; RONCOLI, M. G. Revisão da literatura sobre os estudos de responsabilização escolar no Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 16, e84282. Abril de 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/84282/46415>